



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	A NATUREZA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA E POSSÍVEIS IMPACTOS NA DETERMINAÇÃO DE PAÍSES PARCEIROS
Autor	FRANCINE FERRARO
Orientador	FABIO COSTA MOROSINI

A NATUREZA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA E POSSÍVEIS IMPACTOS NA DETERMINAÇÃO DE PAÍSES PARCEIROS

Francine Ferraro

Prof. Orientador Dr. Fábio Costa Morosini | UFRGS

O presente trabalho se insere em um contexto de crescente protagonismo do Brasil no Sistema Internacional enquanto ator destacado de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Como outros países em desenvolvimento, o Brasil iniciou o seu percurso na Cooperação Técnica Internacional (CTI) enquanto país receptor de cooperação de países do Norte. A peculiaridade do Brasil consiste na sua transformação gradual para a atual condição de país prestador de cooperação sem, contudo, renunciar totalmente a sua condição de receptor.

Esse esforço de pesquisa se concentra nos discursos oficiais do Presidente Cardoso e do Presidente Lula e seus respectivos chanceleres, bem como no levantamento de dados qualitativos e quantitativos acerca da efetiva atuação brasileira em cooperação técnica, no intuito de suscitar respostas para o desencontro existente entre o discurso e a prática do país em relação à escolha dos países parceiros. O caso da América do Sul ilustra esse desencontro na medida em que foi considerada região prioritária da política externa brasileira em ambos governos, mas recebeu recursos brasileiros em cooperação técnica em um montante bastante aquém daquele recebido pela África e pelo Timor-Leste, por exemplo.

Nesse contexto, o caso do Timor-Leste contribui para o entendimento da hipótese principal deste trabalho de que esse descompasso é resultado da própria natureza da cooperação técnica brasileira que prioriza as demandas do país receptor, em oposição à tradicional CTI mais verticalizada pela relação Norte e Sul e fortemente orientada pelo lado da oferta do país prestador. Essa orientação, por sua vez, contribui para perpetuar o caráter genérico na definição das prioridades políticas e geográficas das ações do Brasil em CTPD, dificultando a sua coesão e a sua instrumentalidade na política externa brasileira.